



**Universidade:
presente!**



21.25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

UFRGS
PROPESQ

XXXI SIC



Núcleo de Pesquisas de
Direito Comparado e Internacional
UFRGS

Análise da receptibilidade da maconha à luz do direito brasileiro do consumidor

Pesquisadora Amanda Dalbosco dos Santos.

Orientadora Prof^ª. Dra. Me. Lisiane Feiten Wingert Ody

Objetivos:

- O estudo propõe-se à análise da adequação da maconha como produto lícito no ordenamento brasileiro.
- Para tal, faz uso da observação de drogas lícitas tratadas como produtos de periculosidade inerente.
- Utiliza-se de estudo comparado dos ordenamentos uruguaio e canadense, que reconhecem a licitude da substância.
- Busca conhecer os efeitos da droga no corpo humano.

Considerações:

- O tratamento jurídico dado à substância merece investigação atenta, tanto em virtude de seu uso recreacional reiterado, quanto em razão dos custos financeiros e humanos do tráfico e de seu combate.
- O uso medicinal comporta análise à luz do direito à saúde.
- A licitude ou proibição da substância deve justificar-se em dados concretos de sua periculosidade, em atenção aos direitos à saúde e à liberdade.

Metodologia:

- Pesquisa documental por meio método comparativo funcional, contextualizado a partir dos paradigmas canadense e uruguaio.

Bibliografia Básica

- BENJAMIN, A. Hermann. V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo R. Manual de Direito do Consumidor. 5^o ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- LOPES, Teresa Ancona. Estudos e pareceres sobre Livre-arbítrio, Responsabilidade e Produto de risco inerente: o paradigma do tabaco. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- POTTER, Andrew; WEINSTOCK, Daniel. High Time: The Legalization and Regulation of Cannabis in Canada. McGill's-Queen's University Press.

